

PÁG 2

Presidência da República convida a Abraceel para falar sobre abertura de mercado

PÁG 4

Abraceel propõe ações imediatas ao ONS para garantir transparência e previsibilidade na divulgação das informações que afetam o preço

PÁG 6

Sexta Livre - Governança do setor elétrico: é possível organizar essa confusão?

PÁG 9

Abraceel mostra que é possível abrir todo o mercado em 2027 para Ministério da Economia e IDEC

PÁG 12

Grupo Técnico consolida proposta para desmodelagem do consumidor varejista inadimplente

PÁG 14

MME diz à FIESP que CCEE divulgará em junho passo a passo para a abertura do mercado de energia

PÁG 16

Abraceel Na Mídia

PÁG 17

Curtas

PÁG 20

Governança Abraceel

PÁG 23

Próxima semana

PÁG 24

Calendário Abraceel

Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Presidência da República convida a Abraceel para falar sobre abertura de mercado

Matéria em 1 minuto

- A Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República solicitou reunião com a Abraceel para discutir os PLs 414/2021 (portabilidade da conta de luz) e 5829/2019 (geração distribuída);
- Reginaldo diz que meta da Associação é aprovar o PL 414 até o fim do ano;
- Secretaria de Governo diz que PL 414 empodera o consumidor e traz grande impacto para a população e economia brasileira.

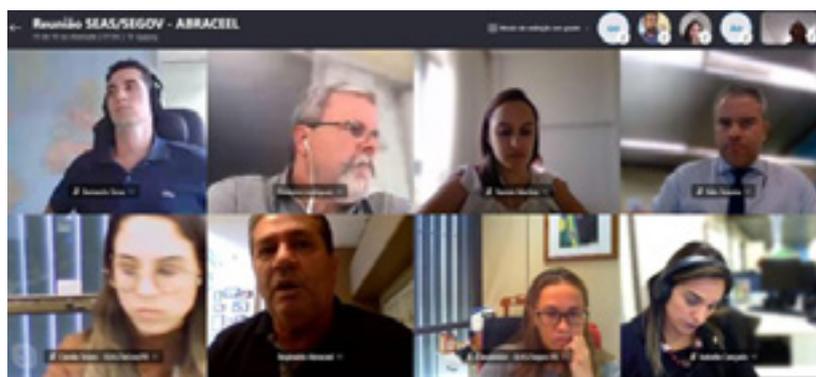


Tempo de leitura:
2 minutos

Atendendo a pedido de reunião, a Diretoria Executiva da Abraceel esteve reunida, no dia 11.05, com a Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEAS/SEGOV-PR), que atua na articulação do Governo Federal com a sociedade civil. Na pauta, o PL 414/2021, que cria a portabilidade da conta de luz, e o PL 5829/2019, que trata do marco da geração distribuída. O objetivo da reunião foi colher o posicionamento da Abraceel nos temas mencionados a fim de consolidar o posicionamento do governo.

Abraceel reforça a importância da aprovação do PL 414

Abrindo a reunião, Reginaldo disse que a grande missão da Abraceel é a abertura do mercado livre de energia, que transforma o consumidor passivo em um ente ativo, livre para escolher seu fornecedor de energia e produzir sua própria energia, vendendo seu excedente no mercado.



Enfatizou que a Abraceel tem como meta aprovar o PL 414 ainda este ano, dada a importância do projeto para a retomada da economia brasileira e do desejo da população de ter sua energia livre, conforme dados das pesquisas Ibope 2014-2020, segundo as quais 80% dos brasileiros gostariam de escolher seu fornecedor de energia.



Frisou que o Brasil precisa adentrar na nova era da eletricidade, a exemplo do que ocorre no mundo. Com a aprovação do PL 414/21, o Brasil irá para a 4ª posição no Ranking Internacional da Liberdade de Energia Elétrica, saindo do penúltimo lugar do ranking de 56 países. Disse ainda que atualmente 72% da expansão do setor elétrico está nas mãos do mercado livre.

Ao tratar da familiaridade do Congresso, MME e demais ministérios com a pauta, Reginaldo reforçou que a Abraceel promoveu evento com o ministro de Minas e Energia na última semana, quando este reafirmou seu comprometimento com a pauta.

PL 5829/2019: necessidade de venda de excedentes no mercado

Sobre o projeto que trata do marco da geração distribuída, PL 5829/2019, Reginaldo disse ser um apêndice do projeto da modernização do setor elétrico. Salientou que a Abraceel é amplamente favorável à geração distribuída, ressaltando a importância de venda de excedentes no mercado.

Secretaria de Governo reconhece a Abraceel como associação focada na defesa do livre mercado de energia

Nilo Teixeira, coordenador-geral de articulação com organizações da sociedade civil da Presidência, reconheceu a Abraceel como associação focada na defesa do livre mercado de energia e disse que o PL 414 empodera o consumidor e traz grande impacto para a população e economia brasileira. Reforçou a importância da opinião da Abraceel sobre os projetos e disse que comunicará as ações do governo em relação aos projetos.

Por fim, agradeceu a disponibilidade da Abraceel para a reunião e colocou toda a equipe da SEAS à disposição para discutir os temas de interesse da Associação.



Abraceel propõe ações imediatas ao ONS para garantir transparência e previsibilidade na divulgação das informações que afetam o preço

Matéria em 1 minuto

- Após reunião com o ONS, GT se reúne para discutir as sugestões sobre a priorização das informações que impactam o preço, que resultou em minuta de carta enviada ao ONS, CCEE e Aneel no dia 14.05;
- A carta sugere que imediatamente seja permitido acesso a todos sistemas, reuniões e arquivos do ONS, além da divulgação célere das informações relevantes;
- No curtíssimo prazo, sugerimos a realização da divulgação centralizada em repositório inteligente, melhoria nos sistemas ONS e participação ativa dos agentes em todas as reuniões;
- Em seguida, sugerimos que seja realizada estruturação da comunicação de fato relevante;
- Associados podem enviar contribuições até a próxima segunda-feira no email do GT.



Tempo de leitura:
2 minutos

Na reunião realizada com a Diretoria do ONS no dia 04.05, quando foram discutidas melhorias na forma de divulgação das informações que impactam a formação do preço, o Operador reconheceu a necessidade de avanços, informando que seria criado repositório inteligente para registro das informações relevantes. Na ocasião, solicitou à Abraceel que indicasse o que poderia ser feito de imediato para o aumento da transparência, isonomia e previsibilidade na formação do preços.



Dessa forma, a Abraceel solicitou ao Grupo Técnico o envio de sugestões sobre a priorização das informações que impactam o preço e quais precisam ser divulgadas de forma mais breve possível. Após o envio das contribuições, o GT se reuniu novamente no dia



11.05, para discutir as sugestões apresentadas. A reunião contou com cerca de 110 associadas.

Informações que afetam o preço devem ser divulgadas centralizadamente e imediatamente

No consenso do grupo técnico, as informações que afetam o preço devem ser divulgadas de forma centralizada, imediata e desde o começo das tratativas. Isso envolve, por exemplo, as flexibilizações hidráulicas e manutenções extraordinárias. Em complemento, as associadas ressaltaram que a publicação das informações deva ser realizada tanto pelo ONS, quanto pelos agentes, em tempo real, seja com o mercado aberto ou fechado, e que o filtro das informações relevantes seja realizado pela inteligência de cada empresa, e não pelo Operador.

Segundo as associadas, é importante a divulgação de informações externas, como cartas e solicitações enviadas entre ONS, ANA, IBAMA e agentes, intervenções não programadas nos limites de escoamento, pedidos de entrada em operação teste e comercial, bem como declaração de inflexibilidade das UTEs.

Acesso a todos os sistemas, arquivos e reuniões do ONS

Em complemento, o GT apontou a necessidade de melhoria nos sistemas do ONS para publicação de documentos e notificação quando as restrições mudarem de status. Além de liberdade para acessar qualquer arquivo dentro do SINtegre, acesso a todos os sistemas (ex: SAGIC) e participação em todas as reuniões do ONS, mesmo que no primeiro momento apenas como ouvintes.

A Abraceel compilou todas as contribuições enviadas pelo grupo técnico em uma carta, que foi enviada ao ONS, CCEE e Aneel no dia 14.05. Em síntese, recomenda-se que imediatamente seja permitido acesso a todos sistemas, reuniões e arquivos do ONS, além da divulgação célere das informações relevantes. No curtíssimo prazo, sugerimos a realização da divulgação centralizada em repositório inteligente, melhoria nos sistemas ONS e participação ativa dos agentes em todas as reuniões. Por fim, sugerimos que seja realizada estruturação da comunicação de fato relevante. Associadas podem enviar suas sugestões até 17.05, próxima segunda-feira.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações exclusivas”.



Sexta Livre - Governança do setor elétrico: é possível organizar essa confusão?

Matéria em 1 minuto

- Luciano de Castro afirma que há entidades demais com autoridade e influência no SEB, o que leva à inércia das decisões, dado que as decisões necessárias não são tomadas, as inovações são bloqueadas e é crescente o número de agentes que buscam benefícios individuais, a custo do conjunto;
- Sugere a redução do papel do Estado, a reformulação e redução das instituições do setor e a autorregulação como meio de promoção de eficiência de mercado;
- Reconhece que é difícil mudar o cenário do setor elétrico, visto que a organização atual favorece o status quo. Mas afirma que o primeiro passo é convencer e gerar apoio a essa ideia.



Tempo de leitura:
3 minutos

Na Sexta Livre dessa semana, tivemos como convidado Luciano de Castro, professor do IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada e do Department of Economics, University of Iowa para discutir governança setorial.

Iniciando a Sexta Livre, Luciano de Castro disse que há entidades demais com autoridade e influência no SEB, o que leva à inércia das decisões, dado que as decisões necessárias não são tomadas, as inovações são bloqueadas e é crescente o número de agentes que buscam benefícios individuais, a custo do conjunto.



Em síntese, sugeri como caminho para melhorar essa assimetria a redução do papel do Estado, a reformulação e redução das instituições do setor e a autorregulação como meio de promoção de eficiência de mercado.



Os problemas de governança do SEB

Ao tratar dos problemas de governança do SEB, Luciano define o termo, segundo o World Bank, como a maneira que o poder é exercido no gerenciamento para o desenvolvimento dos recursos sociais e econômicos de um país. Quatro pontos são fundamentais ao tratar do tema: quem toma as decisões, que decisões são tomadas, como as decisões são implementadas e como as disputas são resolvidas.

Disse que são mais de nove entidades do setor elétrico que estão à frente do processo de tomada de decisão e pelo menos mais quatro entidades que são de fora do setor que influenciam diretamente nas decisões.

Outro problema de governança facilmente identificado é a superposição de responsabilidades entre os órgãos do setor e a interposição de interesses políticos a essas responsabilidades.

Em complemento, os conflitos de interesses entre os agentes são extremamente frequentes e são significativos. Disse que, como há diversas instâncias decisórias, não há razão para que os agentes aceitem qualquer decisão que considerem desfavoráveis. Sendo assim, as disputas não são resolvidas, mas judicializadas, tornando muito difícil realizar qualquer alteração ou aperfeiçoamento no setor e quem acaba pagando a conta é o consumidor brasileiro.

O que temos que fazer idealmente para mudar essa situação?

Luciano aponta que é preciso reduzir o poder e o papel do Estado no SEB, dado que a livre iniciativa consegue resolver melhor vários dos problemas existentes.

Em sua visão, é preciso reduzir os órgãos do setor, sugerindo a fusão da CCEE e do ONS, principalmente porque o despacho deve ser estimulado pelos preços.

Sugere também a extinção da EPE e do MME, que teriam suas funções absorvidas por esse novo ONS e pelo Ministério da Economia, respectivamente. Sugere ainda que se funda a Aneel, ANP e ANM em uma única agência reguladora. Sobre o novo ONS, diz que deverá haver um novo conselho, com participação reduzida do governo, para tomar as decisões colegiadas dos agentes do setor.

Ao ser questionado porque é mais fácil negociar diretamente entre os agentes do que através de meios políticos, respondeu que o mercado já é um meio de resolver conflitos de interesse, visto que se o consumidor não está satisfeito com um produtor, basta buscar outro. Sendo assim, o que tem que ser garantido é a livre entrada de todos os lados, de todos os tipos de agentes.

E o que fazer na prática?

Luciano reconheceu que é difícil mudar todo o cenário do setor elétrico, visto que a organização atual favorece o status quo. Mudanças são muito difíceis, especialmente as desejáveis.

Disse que primeiramente o dever de casa é convencer e gerar apoio a essa ideia. Finalizou provocando a Abraceel para tomar a liderança do processo de mudança do SEB, difundindo essas ideias e apontando a direção a seguir.

A apresentação realizada está disponível na área restrita do site, seção “Apresentações exclusivas”.

Abraceel mostra que é possível abrir todo o mercado em 2027 para Ministério da Economia e IDEC

Matéria em 1 minuto

- Resultado do estudo mostra que o cenário mais pessimista já considera 2024 como a primeira janela de oportunidade para a abertura, concluindo toda a Alta Tensão em 2025. No cenário mais otimista, o estudo conclui a abertura de todo o mercado em 2027;

- ME aponta que uma de suas preocupações refere-se à descotização da Eletrobras, com dúvida quanto à realização de leilões de energia existente ou destinação de parte da energia para o mercado livre a depender do ritmo da migração;

- IDEC reforça a importância da atuação em conjunto para oferecer aprimoramentos ao texto do PL 414, atuação junto aos parlamentares e realização de seminários.



Tempo de leitura:

4 minutos

Fortalecendo as ações relacionadas à bandeira estratégica nº 01 da Abraceel, isto é, liberdade do consumidor como principal meio de obtenção da eficiência do mercado, a Abraceel esteve reunida, ao longo da semana, com o Ministério da Economia e com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) para apresentação do estudo sobre contratos legados.

Na segunda-feira, 10.05, o subsecretário de energia do Ministério da Economia, Gustavo Manfrim, e o coordenador-geral de energia elétrica, Cássio Carvalho, conheceram em detalhes o estudo elaborado pela Abraceel e apresentado pelo Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação, Alexandre Lopes, sobre contratos legados.

Esse estudo já foi apresentado a outros tomadores de decisão e analisa os contratos legados do ACR em comparação ao mercado projetado das distribuidoras, para avaliar um cronograma de abertura do mercado que não gere sobrecontratação. Os resultados mostram que o cenário mais pessimista já considera 2024 como a primeira janela



de oportunidade para a abertura, sendo possível concluí-la para toda a Alta Tensão em 2025. No ano seguinte, 2026, começaria a abertura da Baixa Tensão. Já no cenário mais otimista, o estudo conclui a abertura de todo o Grupo A em 2025, já iniciando também a abertura no grupo B, com abertura de todo o mercado em 2027.



O problema do setor é que ninguém sabe o dia de amanhã

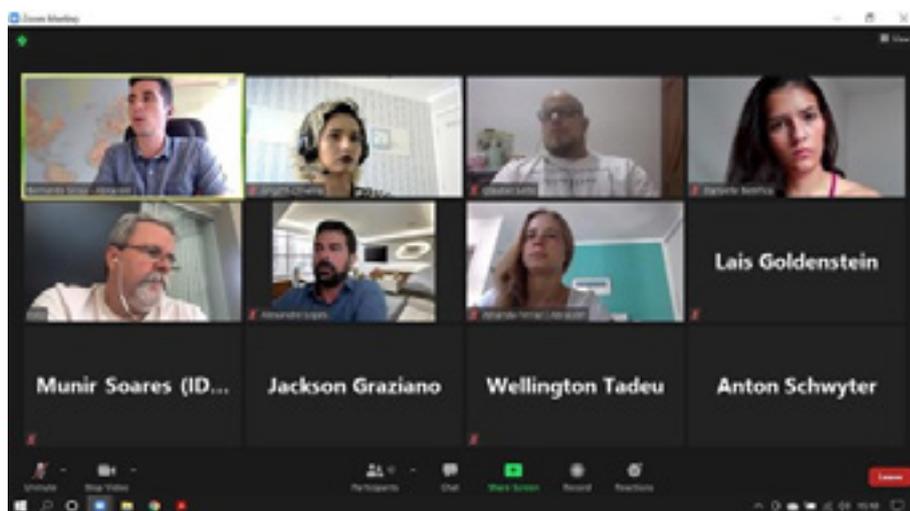
Na reunião com a Economia, uma das preocupações apontadas pelo Ministério refere-se à descotização da Eletrobras. A dúvida diz respeito à realização de leilões de energia existente ou destinação de parte da energia para o mercado livre, a depender do ritmo da migração, já que as distribuidoras contratam previamente a energia. Em função desse questionamento, o diretor de eletricidade e gás, Bernardo Sicsú, reforçou a importância da previsibilidade na abertura do mercado. Muito se fala que a abertura deve acontecer, que é o futuro, mas o mercado não está ciente dos prazos em que essa abertura acontecerá. Essa falta de previsibilidade perpetua as ineficiências do setor e resulta em custos para o consumidor final.

Frederico Rodrigues, vice-presidente de energia, apontou preocupação com a realização de novos leilões de energia nova por parte do governo, num momento de baixo crescimento econômico e sobrecontratação das distribuidoras. Defendeu que se investisse em mecanismos que facilitassem a venda de energia para o mercado livre por parte das distribuidoras, pauta que vem sendo amplamente debatida pela Abraceel, a exemplo dos nossos pleitos para novas rodadas do MVE. Dessa forma, poderiam ser evitados novos legados, assim eliminando obstáculos para a efetiva abertura, além de evitar o agravamento da sobrecontratação das distribuidoras.

IDEC quer atuar em conjunto com a Abraceel para apresentar aprimoramentos ao PL 414

Na reunião com o IDEC, Alexandre Lopes apresentou o mesmo estudo, explorando ou-

tros materiais da Abraceel, como o estudo da Thymos, sobre alternativas regulatórias para a abertura, e o estudo da PSR realizado na época da CP 33, sobre o cronograma de ampliação do mercado. O IDEC tem grande preocupação com os encargos relacionados à abertura e, após ouvir atentamente a tese da Associação apresentada no estudo, reforçou a importância da atuação em conjunto para oferecer aprimoramentos ao texto, atuação junto aos parlamentares e realização de seminários.



Os estudos apontados ao longo da matéria estão todos disponíveis na área aberta do site da Abraceel, seção Biblioteca > Estudos.



Grupo Técnico consolida proposta para desmodelagem do consumidor varejista inadimplente

Matéria em 1 minuto

- GT define a isonomia no tratamento da inadimplência e do desligamento entre consumidores cativos/livres/varejistas como princípios fundamentais para revisão da regulamentação do mercado varejista;
- Em síntese, a proposta da Abraceel é que o representado inadimplente permaneça sob o varejista por, no máximo, 15 dias após a denúncia do contrato. Expirado o prazo, o contrato entre o representado e o varejista poderá ser considerado rescindido e o agente seria desmodelado da representação desse varejista;
- Abraceel irá levar a proposta para a SRM/Aneel, CCEE e Abradee.



Tempo de leitura:
2 minutos

No começo de março, a Abraceel realizou reunião com a SRM/Aneel e questionou a regulamentação das novas diretrizes sobre o mercado varejista, estabelecidas pela Lei, e apontou a necessidade de revisão na regulamentação da desmodelagem do consumidor representado inadimplente. A SRM solicitou proposta da Abraceel, que reuniu o Grupo Técnico no dia 13.04 para discutir o assunto. Após essa primeira reunião, a Abraceel circulou entre os associados proposta inicial e recebeu algumas contribuições.

Assim, no dia 13.05, realizamos nova reunião do Grupo Técnico para consolidar a proposta, após alterações sugeridas pelas associadas. Inicialmente, ficaram evidentes os princípios que precisam ser perseguidos para essa revisão da regulamentação, como a isonomia no tratamento da inadimplência e do desligamento entre consumidores cativos/livres/varejistas. Se o consumidor cativo pode ser cortado em 15 dias da inadimplência, por que o mesmo não se aplicaria ao varejista?

Também é preciso explicitar a diferença entre desmodelagem e desligamento, pois a reivindicação principal é que o varejista deva permanecer responsável pelo representado inadimplente apenas até a desmodelagem dos ativos por ele representados, visto que não tem capacidade de promover o corte físico. Além disso, entende-se que a inadimplência com o varejista também deveria ser impeditiva para o consumidor se manter no mercado e a desmodelagem não pode ficar condicionada a prazos de contabilização da CCEE.



Em resumo, pela regra atual, o varejista fica responsável pelo inadimplente no mínimo 50 dias. Pela proposta apresentada por Yasmin Martins, com base nas contribuições dos associados, o representado inadimplente permanece sob o varejista por, no máximo, 15 dias após a denúncia do contrato. O varejista notifica 15 dias antes do término contratual simultaneamente o representado, a CCEE e a distribuidora. Expirado esse prazo, o contrato entre o representado e o varejista poderá ser considerado rescindido e o agente seria desmodelado da representação desse varejista.

Paralelamente, a distribuidora, já ciente do término contratual, pode seguir com o prazo de 15 dias estabelecido pela REN 414/2010 para suspender o fornecimento e desligar o consumidor da rede. Caso a distribuidora não diligencie pelo corte, o eventual consumo medido entre o término da contratação com o varejista e o efetivo desligamento da rede é de sua responsabilidade, e ela precisa ter a possibilidade de cobrar o consumidor pelo uso dessa energia.

As alterações de redação na REN 570/2013 e no submódulo 1.6 do PdC estão detalhadas na apresentação realizada na reunião, disponível na área restrita do site da Abraceel > Documentos gerais. Durante a discussão, os associados comentaram que pode ser sensível envolver prazos e ações que repercutam dentro das distribuidoras, e sugeriram um alinhamento prévio com a Abradee. Frederico Rodrigues lembrou que ainda estamos em uma etapa para sensibilizar a Aneel a abrir a discussão pública, reforçando que procuraria a Abradee para discussão. A propósito, haverá reunião entre as duas associações para tratar do tema na próxima semana.

Também foi solicitado para que seja explícita a prerrogativa de o consumidor inadimplente, já em processo de desmodelagem, voltar a negociar e ser representado pelo varejista atual ou por outro, sem que isso implique novo processo de modelagem. Após breve discussão sobre esses pontos e com o encaminhamento apoiado pelo Grupo Técnico, a Abraceel irá levar a proposta para a SRM/Aneel, CCEE e Abradee.

A apresentação realizada no call está disponível na área restrita do associado, seção “Apresentações exclusivas”.

MME diz à FIESP que CCEE divulgará em junho passo a passo para a abertura do mercado de energia

Matéria em 1 minuto

- Secretaria Executiva do MME esteve com o Deinfra em abril, quando divulgou os próximos passos da plena liberdade de escolha do consumidor;
- Em junho, CCEE divulgará o passo a passo da abertura. Em outubro, será divulgada proposta sobre a separação lastro energia;
- Em parecer preliminar da MP 1031, o Deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) preservou o modelo-base de capitalização da holding, mas propôs significativas alterações no texto original, com prejuízos para o mercado livre.



Tempo de leitura:
2 minutos

Reginaldo Medeiros participou da 3ª reunião ordinária do Deinfra/Fiesp nesta quarta-feira, 12.05, que teve como pauta principal: (i) a discussão dos temas mais relevantes do mercado elétrico nos meses de abril/maio e (ii) reflexões sobre o leilão para criação do mercado de capacidade, assunto liderado pela consultora Leontina Pinto que foi convidada para apresentar a sua visão sobre o assunto.

A reunião elencou o que considerou serem os principais destaques dos últimos 30 dias do setor energético, que foram as posses do General Luna e Silva na Petrobras e Rodrigo Limp na Eletrobrás; o anúncio pela ANEEL das medidas de mitigação para conter a disparada nas tarifas de energia elétrica com o uso de recursos de P&D, diferimentos e postergações de aumentos frente ao cenário base de elevação de 18,2%, com a meta estabelecida pela Aneel de reajustes inferiores a dois dígitos nos reajustes tarifários já em abril; aprovação do milionário orçamento 2021, da CDE, em R\$ 23,9 bilhões e o anúncio da Bandeira Vermelha (patamar 1) para o mês de maio em mais R\$ 41,69/MWh na conta do consumidor.

O deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) divulgou parecer preliminar da MP 1.031/2021, que pode ainda ser modificado, preservando o modelo-base de capitalização da holding, mas propondo significativas alterações no texto original da MP. São elas:

- Destinar 100% dos recursos do bônus destinados aos consumidores que serão aportados na CDE para o mercado cativo – valor em torno de R\$ 750 milhões/ano (ou R\$ 25 bilhões, em 30 anos). Na prática os consumidores livres pagarão mais R\$ 8 bilhões de CDE no período;





- Preservar “cotas especiais” das indústrias eletrointensivas do NE e SE (UHEs Sobradinho e Itumbiara);
- Gestão dos recursos para revitalização de bacias: São Francisco, Parnaíba e Furnas (R\$ 650 milhões/ano) ficam com a o Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Recursos para expansão de energia na Amazônia ficam com o MME;
- Resultados financeiros da nova estatal (Itaipu e Eletronuclear) serão destinados à continuidade dos programas a partir do 11º ano (MP previa aportes por 10 anos) do saldo disponível, 2/3 para CDE e 1/3 para programas especiais;
- Medidas salvacionistas para empregados da Eletrobras que percam seus empregos;
- Intervenção no mercado livre com leilões compulsórios, caso a ANEEL constate concentração no mercado livre de energia (valeria não apenas para Eletrobras);
- Alteração na correção monetária dos contratos do Proinfra, de IGP-M para IPCA, com eventual extensão de prazo contratual para “viabilizar a adesão dos geradores”;
- Volta das térmicas na base, com critérios locacionais e o mega gasodutos com recursos da CDE;
- Contratação compulsória de PCH na região Centro-Oeste;
- Faculta à ANEEL promover alterações no MRE e na formação de preços, “de forma a garantir a recuperação dos reservatórios de regularização do País em um horizonte de 2 anos”.

A Fiesp também apresentou os próximos passos da “Modernização do SEB”, anunciados pela Secretária-Executiva do MME, Marisete Dadald, na reunião do Coinfra/FIESP, em 27.04. São eles:

- **Junho:** divulgação pela CCEE do “passo a passo” para abertura plena do mercado;
- **Julho:** definição pelo CPAMP dos novos parâmetros de aversão ao risco (vigência a partir de jan/2022);
- **Setembro:** diretrizes para consideração dos benefícios ambientais no setor elétrico;
- **Outubro:** proposta de detalhamento sobre a separação Lastro e Energia;
- **Novembro/Dezembro:** Leilão de Reserva de Capacidade (nos termos da Lei 14.120/2021).





ABRACEEL NA MÍDIA



MegaWhat | Parecer da MP da Eletrobras propõe que Aneel interfira em contratos no mercado livre

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CanalEnergia | Abraceel amplia seu quadro de associadas

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Canal Bioenergia | O futuro do setor elétrico depende da portabilidade da conta de luz

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Correção na modelagem do Trecho de Vazão Reduzida de Belo Monte

A Abraceel encaminhou, no dia 11.05, carta à Aneel, com cópia ao MME, CCEE e ONS, solicitando correção urgente na modelagem do trecho de vazão reduzida (TVR) da UHE Belo Monte, com vistas a corrigir os sinais de preços e interromper a alocação indevida de custos e riscos. Nesse sentido, foi sugerido pela Associação que seja avaliado colocar os dados de entrada, atualização da previsão de afluências e TVR, na mesma base temporal, podendo ser utilizada a defluência da última ½ hora proposta pelo Dessem para o dia D+1. No dia 12.05, as autoridades setoriais (Aneel, CCEE e ONS) se reuniram para discutir a questão e deliberaram que os impactos de precificação da energia na modelagem do TVR de Belo Monte foram considerados como um aprimoramento metodológico, o que requer rito próprio, e não um erro. Tal posicionamento foi confirmado na carta da Aneel recebida em 14.05, concluindo que “trata-se da evolução na representação dos dados de entrada, fundada na experiência da prática operativa”. Ainda foi apontado que a evolução deverá ser proposta pelo ONS e pela CCEE, observando a urgência que o tema requer e também a previsibilidade de que trata o art. 3º da Resolução CNPE 07/2016. A Abraceel aguarda agendamento de reunião urgente para insistir na sua argumentação. **Os documentos estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Abraceel”.**

Ministro apresenta prioridades do MME

No dia 11.05, o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, esteve presente na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados, para apresentar o balanço das ações no horizonte 2019/2021 e as prioridades do MME a curto e longo prazos. Ao tratar da modernização do setor elétrico, o Ministro disse que a aprovação do PL 414/2021 é fundamental para o êxito do planejamento energético e pontuou como principais benefícios da matéria a garantia de suprimento, o preço transparente de energia, a inserção de novas tecnologias, a liberdade de escolha do consumidor e a racionalização de encargos e subsídios. A apresentação realizada está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca” -> “Apresentações”.

Aprimoramentos dos modelos de formação de preços

A Abraceel encaminhou, no dia 10.05, carta ao Ministro de Minas e Energia solicitando abertura urgente da consulta pública prevista pela CPAMP sobre aprimoramentos nos modelos para 2022, com intuito de melhorar a realidade operativa e reduzir a GFOM futura. A íntegra do documento está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Abraceel”.

Contribuição Abraceel – Gás Natural

A versão final da contribuição enviada pela Abraceel à Consulta Pública 03/21 Agenera, que visa regulamentar as condições gerais

de atuação do comercializador de gás natural no estado do Rio de Janeiro, **está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuição e Notas Técnicas”.**

Estudo Abraceel sobre contratos legados

A base de dados utilizada pela Abraceel para realização do estudo sobre contratos legados **está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Estudos”.**

3º Workshop ANP – Modelo Conceitual do Mercado de Gás Natural

A ANP realizou, no dia 07.05, o 3º Workshop sobre o Modelo Conceitual do Mercado de Gás Natural, onde foram discutidos aspectos da operação do ponto virtual de negociações (PVN) e do funcionamento dos mercados organizados de gás natural. Na ocasião, foi debatida a descrição da operação do PVN, a distinção entre mercado físico e organizado, a promoção da liquidez no mercado de gás, a delimitação do escopo da regulamentação dos produtos oferecidos no mercado organizado e o papel da publicidade de preços. **O evento está disponível no canal do Youtube da ANP: <https://www.youtube.com/watch?v=MTDe9oj9o00>.**

Reginaldo Medeiros se reúne com deputado Arnaldo Jardim

Em visita à Abraceel, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) bateu um longo papo com Reginaldo Medeiros. Na pauta os diversos projetos que tramitam no Congresso

Nacional e afetam o segmento de comercialização. Arnaldo Jardim tem ajudado a associação nas matérias de interesse do mercado livre que estão sendo apreciadas na Câmara dos Deputados, como a Portabilidade da Conta de Luz (PL 414).



Rodada extraordinária do MVE em julho de 2021

A Aneel disponibilizou a Nota Técnica SRM 39/21, recomendando autorizar a CCEE a realizar o processamento extraordinário do produto 2022 do MVE, em julho deste ano. A medida ocorre após solicitação da Abraceel, por meio de reunião com o Conselheiro da CCEE Marcelo Loureiro realizada no dia 05.05, e envio de carta à Aneel e à CCEE solicitando a operacionalização de mais processamentos extraordinários do MVE, tais como o produto anual (A-1). A recomendação da área técnica está na pauta da reunião pública da diretoria da Aneel que será realizada no dia 18.05. A íntegra do documento está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”. Por fim, vale lembrar que, no próximo dia 25 de maio, a CCEE também fará um processamento extraordinário do MVE no qual será ofertado o produto segundo semestre de 2021, também fruto das tratativas da Abraceel com a Aneel e CCEE.

Aprimoramentos no MVE

Durante a semana, a Diretoria-Executiva da Abraceel buscou a Diretora da Aneel Elisa Bastos, para pedir celeridade na deliberação do resultado da Audiência Pública 25/2019 da Aneel, que trata do repasse do cálculo da sobrecontratação das distribuidoras, aspecto importante para ampliar a eficácia e atratividade do Mecanismo de Venda de Excedentes. O processo está na Procuradoria da Aneel aguardando manifestação jurídica dessa sobre a consideração do risco hidrológico na discussão do repasse da sobrecontratação. Em seguida, deverá ser objeto de deliberação por parte da diretoria da Agência.

Segurança de mercado

Por meio do documento CT-CCEE02282/21, a CCEE respondeu a carta enviada pela Abraceel no dia 27.04, na qual foram apresentados os pontos convergentes e divergentes entre as propostas da Abraceel e da CCEE sobre o aprimoramento da segurança de mercado. Relembramos que os pontos divergentes eram: (i) detalhamento sobre preços e condições comerciais são informações privadas dos agentes, não devendo ser informados à CCEE de forma regular; e (ii) necessidade de implantação de monitoramento de alavancagem antes de um novo sistema de garantias financeiras. Em breve síntese, a resposta da CCEE avança na convergência, ao colocar o faseamento das propostas de monitoramento prudencial e garantias financeiras, de forma a (i) fazer em 2021, o encaminhamento da proposta de monitoramento prudencial, com reprodutibilidade da metodologia aos agentes em agosto/2021; e (ii) passar para o segundo semestre de 2021 o encaminhamento da proposta de garantias financeiras, de modo

a possibilitar sua operacionalização definitiva até o final de 2022. A íntegra da carta enviada pela CCEE está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Abraceel”.

PL que reduz tarifa de energia elétrica por cinco anos é aprovado no Senado

O Senado Federal aprovou, no dia 13.05, o PL 1143/2021, que propõe a redução de tarifas de energia elétrica por cinco anos. O texto, de autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), autoriza a União a criar e manter a Conta de Redução Social Temporária de Tarifa (CRSTT) para devolver cerca de R\$ 50 bilhões aos consumidores brasileiros. Essa redução na tarifa ocorreria graças ao reembolso de tributos recolhidos indevidamente pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Boas-vindas da Abraceel

Com a suspensão das reuniões presenciais com as associadas por força da pandemia, a Abraceel está realizando reuniões online com as novas associadas para explicar o funcionamento da Abraceel e os benefícios para o associado. O foco tem sido as empresas que ingressaram em 2021, mas caso outras empresas tenham interesse, basta encaminhar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br, que agendaremos uma data e horário para fazer a apresentação para a equipe. Na semana passada, realizamos o encontro com Mega, Ideal e Indra. Na terça, 10.05, o encontro foi com a Exponencial e, na última quinta, com UTE GNA e Mercatto.





GOVERNANÇA ABRACEEL

Quinzenalmente, nós da Abraceel te ajudamos a compreender como funciona a governança da Associação.

Na última edição da série “Governança Abraceel” explicamos quais são as funções e atividades do Conselho de Administração da Abraceel. Chegou a hora de explicarmos as atividades e funções da Diretoria Executiva, que são as pessoas responsáveis por desenvolver os trabalhos da Abraceel.

SOBRE A DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por um Presidente Executivo (Reginaldo Medeiros), um Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação (Alexandre Lopes) e um Vice-Presidente de Energia (Frederico Rodrigues), todos escolhidos pelo Conselho de Administração.

O mandato da Diretoria Executiva é de dois anos, podendo haver recondução.

A Diretoria Executiva não possui vínculo empregatício, societário ou comercial com empresas do setor energético e suas coligadas.

A Diretoria Executiva possui equipe de apoio técnico e administrativo, constituída por profissionais selecionados fora dos quadros de pessoal das associadas.

Compete à Diretoria Executiva movimentar contas bancárias e acompanhar as aplicações de recursos da Abraceel, obrigatoriamente por dois de seus membros em conjunto.

COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE EXECUTIVO

- Cumprir as atribuições da Diretoria Executiva e desenvolver os trabalhos da Abraceel, subordinado às diretrizes da Assembleia Geral e orientações do Conselho de Administração;
- Coordenar o acompanhamento da regulamentação do setor energético, com destaque para a atividade de comercialização de energia;
- Sugerir e coordenar a elaboração dos posicionamentos estratégicos da Abraceel;
- Representar judicialmente ou extrajudicialmente as associadas para defender os interesses da Associação;



- Sugerir e coordenar a elaboração de pareceres legais que suportem posicionamentos estratégicos da Abraceel e monitorar as ações judiciais relacionadas da Associação;
- Apresentar ao Conselho de Administração e associadas relatórios orçamentários e acompanhamento de metas;
- Fazer cumprir rigorosamente o Estatuto Social, o Regimento Interno, o Código de Ética e as recomendações e deliberações do Conselho de Administração;
- Assessorar o Presidente do Conselho de Administração na definição da agenda e nos procedimentos necessários para realização das reuniões do Conselho e Assembleias, além de encaminhar a agenda e material referentes às reuniões aos seus membros e atender às solicitações de informações apresentadas pelos Conselheiros;
- Elaborar atas e secretariar as reuniões do Conselho de Administração, adotando as medidas subsequentes e divulgando às associadas as decisões; e
- Divulgar às associadas e ao Conselho o pedido de ingresso de novas empresas, para permitir eventual manifestação à Diretoria Executiva, em até 48 horas antes das reuniões do Conselho de Administração.

COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO

- Auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração do relatório de atividades e ações institucionais da Abraceel;
- Estabelecer e orientar os trabalhos da diretoria a ele subordinada e da equipe de apoio técnico e administrativo da Abraceel;
- Sugerir e elaborar as propostas de comunicação e as propostas de posicionamento institucional da Abraceel;
- Coordenar a elaboração de relatórios destinados às associadas e ao público externo;
- Coordenar os grupos de comunicação da Abraceel; e
- Coordenar o relacionamento da Abraceel com o público interno e externo.





COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE DE ENERGIA

- Auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração do relatório de atividades e ações técnicas da Abraceel;
- Estabelecer e orientar os trabalhos da diretoria a ele subordinada e da equipe de apoio técnico e administrativo da Abraceel;
- Sugerir e elaborar a elaboração dos posicionamentos técnicos da Abraceel;
- Acompanhar o desenvolvimento e tramitação de normas técnicas e legais referentes às atividades pelas quais a associação trabalha; e
- Coordenar os grupos técnicos no âmbito da Abraceel.



 **PRÓXIMA
SEMANA**

17.05 – Segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com Hermano Júnior, diretor do Grupo Informa, para discutir os eventos do setor de energia para 2021.

18.05 – Terça-feira: Diretoria Executiva se reúne com a Abradee, para tratar da proposta de mudança da regulamentação relativa ao Comercializador Varejista, às 16h.

19.05 – Quarta-feira: Diretoria Executiva se reúne com Diogo Mac Cord, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, para discutir a MP 1031 (desestatização da Eletrobras), com destaque para o dispositivo que destina o bônus de outorga das novas concessões da Eletrobras na parcela destinada ao setor elétrico apenas para o consumidor cativo (ACR), às 11h;

Bernardo Sicsú participa de Reunião Ordinária do Fórum do Gás, às 14h;

Yasmin Oliveira participa do Encontro do PLD da CCEE, às 15h;

Bernardo Sicsú participa de painel no webinar “Os Novos Rumos da Distribuição de Gás Canalizado”, às 17h. Mais informações sobre o evento e inscrições no link: <https://bit.ly/3ojFmMe>.

20.05 – Quinta-feira: Reginaldo Medeiros se reúne com a associada Echoenergia, para colher perspectivas da Abraceel sobre a Reforma Tributária, às 11h.



CALENDÁRIO ABRACEEL

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

AGOSTO

05.08 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.